



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

Pauta da reunião de 30/08/2006

9h – Abertura

CNDM expediente interno
 aprovação da ata da reunião anterior
Informes gerais Comissão II Conferência
 Lei 11 340/2006 - Violência Doméstica
Feminização da Aids – Mariângela Simão-Programa Nacional de DST/AIDS

12h30 – intervalo para almoço

14h – Agenda Internacional

Leila Linhares/ Cepia-RJ/Coordenadora do Comitê de Peritas do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção de Belém do Pará

Suely de Oliveira/ Sub-Secretária de Articulação Institucional da SPM Questionário do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção de Belém do Pará – Resposta do Brasil

16h – coffee-break

16h30 – debate



Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

1 Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis, às nove horas, na Sub-sede da Secretaria
2 Especial de Políticas para as Mulheres, no Setor de Autarquias Sul, quadra 5, bloco N, 10º andar,
3 sede do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, reuniram-se as integrantes do Conselho Nacional
4 dos Direitos da Mulher para tratar da seguinte pauta: 1) CNDM: informes gerais, expediente interno;
5 2) Informes: Comissão Organizadora da II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, Lei Maria
6 da Penha; 3) Feminização da Aids; 4) Agenda Internacional. Estiveram presentes as seguintes
7 conselheiras da Sociedade Civil: I) Maria Aparecida Schumacher/AMB; II) Maria Margareth Costa
8 Cunha/MMTRNE; III) Nilza Iraci Silva/ONGs –Mulheres Negras; IV) Marina Cândido Marcos/CONAMI;
9 V) Maria Noeli dos Santos/FENATRAD; VI) Beatriz Zanella Fett/PBW-BRASIL; VII) Arlete Carminatti
10 Zago/PBW-BRASIL; VIII) Jeanete Assad Mazzeiro/MERCOSUL; IX) Maria da Conceição Maia de
11 Oliveira/MAMA; X) Lia Zanotta/Rede Nac.Feminista de Saúde; XI) Maria Dirce Mendonça
12 Fonseca/ABMCJ; XII) Márcia de Campos Pereira/CMB; XIII) Odisséia Pinto de Carvalho/CNTE;
13 XIV) Maria do Socorro de Souza – representando Carmen Helena Ferreira Foro/CONTAG; XV) Helena
14 Ribeiro da Silva/Força Sindical; XVI) Eline Jonas/UBM; XVII) Albertina de Oliveira Costa/Notório
15 Conhecimento; XVIII) Rita Cerqueira Quadros/LBL. Representantes Governamentais: XIX) Ministra
16 Nilcéa Freire/SPM; XX) Fábria de Souza – representando Denis Santana Barros/MPOG; XXI) Regina
17 Rodrigues de Moraes – representando Maria José de Oliveira Araújo/MS; XXII) Marina de Oliveira/MJ;
18 XXIII) Andréa Lorena Butto Zarzar/MDA; XXIV) Hildézia Alves Medeiros/MDS; XXV) Mariângela
19 Rebuá de Andrade Simões/MRE; XXVI) Denise Antonia de Paulo Pacheco/SEPPIR. A reunião foi
20 aberta pela Ministra Nilcéa Freire, presidente do CNDM, que cumprimentou a todas e deu as boas
21 vindas à nova conselheira do Movimento Nacional das Trabalhadoras Rurais/NE, Margareth Cunha,
22 que assume no lugar de Solange Alves, falecida em julho deste ano. Em seguida, a Ministra
23 apresentou a Ministra Ana Lucia Cabral, atual diretora do Departamento de Direitos Humanos e
24 Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, que manifestou sua satisfação em conhecer o
25 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e sua disposição em tratar em conjunto com a Secretaria
26 Especial de Políticas para as Mulheres e com o CNDM das importantes questões relativas aos direitos
27 das mulheres no plano internacional. A Ministra Nilcéa apresentou a pauta e as justificativas de
28 ausência: da Secretária-Adjunta da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Teresa Sousa, por
29 motivo de saúde, das conselheiras governamentais Eunice Lea de Moraes, do Ministério do Trabalho
30 e Emprego por estar participando de reunião da Comissão de Igualdade de Gênero e Raça no
31 Trabalho, da conselheira Eliane Cavalleiro, do Ministério da Educação, por estar participando de
32 Congresso de Recursos Humanos e Maria José Araújo, do Ministério da Saúde, em missão ao Haiti da
33 qual participa também a SPM. Da sociedade civil, apresentaram justificativa de ausência as
34 conselheiras Nalu Faria, da Marcha Mundial de Mulheres, em viagem a El Salvador, Marilma Torres,
35 da Ordem dos Advogados do Brasil, por motivo de saúde, e Carmen Foro, da Contag, em viagem ao
36 Chile onde participa de seminário Latino Americano sobre integração e facilitação do comércio e
37 agricultura familiar camponesa e indígena, sendo representada na reunião do CNDM por Maria do
38 Socorro de Souza. Também foram apresentadas as justificativas de ausência das conselheiras com
39 Notório Saber Clara Charf, por compromisso em São Paulo, e Rose Marie Muraro, com limitações de
40 viajar por motivo de saúde. Em seguida, a Ministra submeteu a ata da última reunião do CNDM,
41 ocorrida em 30 de maio, à aprovação das conselheiras, o que foi feito por todas as presentes,
42 passando em seguida ao informe sobre a sanção da Lei Maria da Penha, da violência doméstica
43 contra a mulher, e a repercussão e impacto que a lei está tendo e as providências que estão sendo
44 tomadas em diversos estados para que seja implementada integralmente. A Ministra lembrou que são
45 diversas as providências, cabendo identificar as atribuições de cada esfera de governo, união, estados



Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

46 e municípios, dando como exemplo como providência imediata por parte da União a capacitação dos
47 agentes públicos para implantação da nova lei, o que levou a SPM a discutir com a Secretaria
48 Nacional de Segurança Pública, a Senasp, a capacitação das delegadas das Delegacias Especializadas
49 da Mulher, bem como os operadores de direito, Ministério Público ou Defensorias Públicas. Foi
50 destacada também a publicação de cartilhas com o conteúdo da lei e algumas orientações. Nesse
51 ponto, a Ministra sugeriu que os informes ficassem para mais tarde, devido à chegada da sra
52 Mariângela Simão, do Ministério da Saúde, onde é diretora do Programa Nacional de DST/AIDS, para
53 apresentar o tema "Feminização da Aids". A sra Mariângela Simão iniciou sua apresentação
54 destacando a importância política da atuação da Ministra Nilcéa em diferentes cenários
55 internacionais onde a questão da feminização da aids foi tema, como a sessão especial da
56 Organização das Nações Unidas ocorrida em 1º de junho onde a Ministra teve importante
57 participação. Sobre as particularidades da resposta brasileira ao enfrentamento da Aids, destacou a
58 importância da participação efetiva das organizações da sociedade civil nas instâncias de decisão e a
59 abordagem equilibrada entre prevenção e tratamento, baseada na defesa dos direitos humanos e na
60 solidariedade. Apresentou gráficos com os números da epidemia no Brasil, de 1980 a 2005, e
61 destacou como principais avanços no enfrentamento o acesso universal ao tratamento, sem custo
62 adicional para o paciente, com acesso ao diagnóstico e ao tratamento. Com relação à prevenção,
63 salientou tratar-se de uma estratégia abrangente, com abordagem de populações vulneráveis e com
64 foco em gênero, destacando a mudança do cenário, com a heterossexualização e a feminização da
65 epidemia. Como fatores estruturais de vulnerabilidade que atingem as mulheres, foram identificados
66 fatores socioeconômicos e culturais, bem como fatores relacionados ao modo como se organiza a
67 atenção à saúde da mulher, salientando a importância do acesso a serviços de saúde qualificados
68 para a identificação das vulnerabilidades e orientados para a atenção à saúde sexual e reprodutiva, e
69 a importância do desenvolvimento de ações que contemplem as mulheres e suas especificidades.
70 Foram destacadas as ações articuladas com o movimento de mulheres, como a capacitação de
71 lideranças populares e de profissionais de saúde e a implementação de serviços de atenção às
72 mulheres que sofrem violência sexual ou violência doméstica. Finda a apresentação, as conselheiras
73 Eline Jonas (UBM), Marcia Campos (CMB), Rita de Cássia (LBL) e Margareth Cunha (MNTR) fizeram
74 perguntas e comentários. A Ministra Nilcéa agradeceu à sra Mariângela Simão por sua participação
75 na reunião do CNDM, e foi feito um intervalo para o almoço. Às 14 horas foram retomados os
76 trabalhos, com o ponto da Agenda Internacional. A Ministra esclareceu haver sido feito o convite à
77 sra Leila Linhares para participar da reunião, por ser a Perita brasileira e coordenadora do Comitê de
78 Peritas no mecanismo de acompanhamento da Convenção de Belém do Pará, mas problemas com a
79 emissão da passagem aérea impediram sua presença. A Ministra passou a palavra para a Sub-
80 Secretária da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres Suely de Oliveira, para apresentação da
81 resposta brasileira ao questionário respondido pelos países signatários da Convenção de Belém do
82 Pará, que havia sido encaminhado anteriormente às conselheiras. A Sub-Secretária Suely de Oliveira
83 iniciou sua fala fazendo um histórico da CIM - Comissão Interamericana de Mulheres e da 30ª
84 Assembléia de Delegadas, em outubro de 2004 em Washington, quando a Ministra Nilcéa passou a
85 presidi-la, dando destaque à implementação da Convenção de Belém do Pará. Informou que para a
86 elaboração da resposta brasileira ao questionário a SPM buscou a participação dos Ministérios,
87 governos estaduais, governos municipais através das Coordenadorias da Mulher, conselhos estaduais
88 e municipais de direitos da mulher, além da sociedade civil organizada. As colaborações recebidas
89 foram incorporadas à resposta brasileira, enviada em março de 2006, surgindo agora a necessidade
90 de atualizá-la principalmente em virtude da posterior entrada em vigor da Lei Maria da Penha. Suely



Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

91 de Oliveira destacou as quatro partes do questionário: legislação, acesso à justiça, orçamento e dados
92 estatísticos, apresentando detalhadamente cada uma delas. Foram destacadas algumas ações, como
93 a criação da Central telefônica de atendimento à mulher, funcionando desde 25 de novembro de
94 2005, o Ligue 180, que recebe atualmente três mil ligações por dia que resultam em orientação ou
95 encaminhamento; o aumento do número de Centros de Referência, que chegarão a setenta e cinco
96 até o final do ano em todo o país, das DEAMs, as Delegacias Especializadas de Atendimento à
97 Mulher. Nesse ponto, a Ministra destacou a importância da pressão do movimento social para o
98 aumento do número de serviços, citando como exemplo a Bahia, onde havia a maior relação entre
99 população atendida e número de delegacias, quadro que mudou radicalmente em função da pressão
100 para implementação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Foi aberto o debate, do qual
101 participaram as conselheiras Lia Zanotta, (Rede Feminista de Saúde), Mariângela Rebuá (Ministério
102 das Relações Exteriores), Odisséia de Carvalho (Confederação Nacional dos Trabalhadores na
103 Educação), Jeanete Mazzeiro (Fórum de Mulheres do Mercosul), Schuma Schumacher (Articulação de
104 Mulheres Brasileiras) e Concita Maia (Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia). Em seguida,
105 por solicitação da Ministra a conselheira Schuma Schumacher apresentou o informe da primeira
106 reunião da Comissão de Organização da II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, ocorrida
107 em 7 de agosto, quando foram levantadas diversas questões que devem ser definidas, como o
108 regimento, a participação que definirá o fluxo de tirada de delegadas desde os municípios até a
109 Conferência Nacional, e a necessidade de se fazer uma análise de todo o processo da I Conferência.
110 Ficou acertado que os pontos debatidos pela Comissão serão levados para a próxima reunião do
111 CNDM, prevista para 8 de novembro, para que as conselheiras possam analisar. Antes de encerrar a
112 reunião, foi encaminhada às conselheiras a carta enviada pela conselheira Clara Charf, ausente à
113 reunião, onde informa que, "como decorrência do Projeto Mil Mulheres pelo Premio Nobel da Paz, foi
114 criada e registrada a Rede "Mulheres pela paz ao redor do mundo", com o objetivo de facilitar a
115 comunicação e a solidariedade entre todas as mulheres, transformando a Rede em uma poderosa
116 força que possa influir em prol da paz em todas as partes do mundo". A Ministra agradeceu a
117 presença de todas, e deu por encerrada a reunião.